

O PLANO PARA O BOM GOVERNO DOS ÍNDIOS: UM JESUÍTA A SERVIÇO DA EVANGELIZAÇÃO CALVINISTA NO BRASIL HOLANDÊS

RONALDO VAINFAS*
Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo examina o projeto missionário adotado pelos predikants calvinistas no Brasil holandês, buscando explicar os aspectos da metodologia jesuítica nele presentes. Neste sentido, analisa o Plano para o Bom Governo dos Índios apresentado em 1635 ao conselho diretor da Companhia das Índias Ocidentais, por Manoel de Moraes, um jesuíta que, convertido ao calvinismo, viveu oito anos na Holanda atuando como consultor dos holandeses nos assuntos relacionados ao Brasil.

Palavras-chave: Brasil holandês; Jesuítas; Manoel de Morais

Abstract: This article examines the missionary project adopted by the calvinist predikants in Dutch Brazil, and aims to explain its jesuitic methodology. Therefore, it analyses the Plano para o Bom Governo dos Índios, presented in 1635 to the Council of the West Indian Company by Manoel de Moraes, a Jesuit who, converted to the Calvinism, lived eight years in Holland as an advisor of the Dutch in subjects related to Brazil.

Key-words: Dutch Brazil; Jesuits; Manoel de Morais

* Agradeço às agências de fomento do Brasil, particularmente o CNPq e a FAPERJ, pelos recursos destinados às minhas pesquisas sobre o Brasil holandês.

Açúcar e Evangelho na expansão holandesa

É consenso que a conquista das capitanias açucareiras pela Companhia das Índias Ocidentais dos Países Baixos (WIC-*West Indische Compagnie*) durante o século XVII foi motivada, antes de tudo, por interesses comerciais e políticos.

Pernambuco e as capitanias vizinhas da Paraíba, Rio Grande (do Norte) e Itamaracá eram, além da Bahia, as principais produtoras de açúcar das Américas, bastando dizer isto para explicar as tentativas da WIC, criada em 1621, de conquistar primeiro a Bahia, em 1624, e depois Pernambuco, a partir de 1630. O grande historiador Evaldo Cabral de Mello afirmou, com razão, que a disputa pelo Brasil foi, em grande medida, uma guerra do açúcar. Uma guerra para e pelo açúcar.¹

Os interesses econômicos se mesclavam perfeitamente com o projeto político holandês de fragilizar ainda mais o poder da Espanha na Europa, em franco declínio desde o final do século anterior. A derrota da Invencível Armada, em 1588, para os ingleses, ajudados pelos holandeses, foi o primeiro sinal de que a hegemonia europeia nos mares mudaria de dono, embora isto ainda estivesse longe de acontecer. É sabido que a rivalidade hispano-holandesa vinha de longe. A independência das sete Províncias Unidas dos Países Baixos fora proclamada exatamente contra a Espanha, em 1568, dando início ao longo conflito conhecido como *Guerra dos Oitenta Anos*. Isto porque somente em 1648 a Espanha reconheceria a soberania das Províncias Unidas. A guerra quase secular entre Espanha e Províncias Unidas somente seria interrompida por uma breve trégua, entre 1609 e 1621, período em que os holandeses se prepararam ainda mais para enfrentar seus tradicionais inimigos católicos, desta vez no cenário colonial.

As possessões ultramarinas de Espanha estavam consideravelmente alargadas, no início do século XVII, graças à inclusão das colônias portuguesas após a União Ibérica, sob Felipe II, iniciada em 1580. Atacar as antigas colônias portuguesas significava, para as Províncias Unidas, romper a unidade do império colonial espanhol em sua parte mais vulnerável. O primeiro alvo dos holandeses foi o Oriente, tarefa delegada à Companhia das Índias Orientais, criada em 1602, que, ao longo dos seiscentos, provocou enorme estrago nas conquistas portuguesas,

apossando-se de várias praças e fortalezas no Índico. Na porção atlântica, o Brasil, e depois a costa ocidental africana, foram os alvos escolhidos. Não por acaso a Companhia das Índias Ocidentais foi organizada no mesmo ano de 1621, o último da *Trégua dos Doze Anos* firmada com a Espanha.²

A expansão marítima dos Países Baixos foi, assim, um grande negócio organizado e financiado por empresas comerciais. Integrou também um vasto plano político de afirmação da soberania das províncias rebeldes e sua elevação a uma posição hegemônica no cenário das potências européias. No entanto, a expansão da WIC esteve longe de se limitar às razões econômicas e políticas. Uma terceira motivação se destacou desde o início: o **proselitismo religioso**, uma vez que a bandeira do calvinismo, a “verdadeira religião cristã”, no dizer dos reformados, era traço definidor da identidade do Estado, uma confederação de províncias governada pela Casa de Orange que, apesar de conhecida por sua tolerância religiosa, não deixava de ser um *Estado confessional*, a exemplo dos demais Estados europeus do Ocidente.

Ainda em 1618, o primeiro sínodo da Igreja nacional das Províncias Unidas, o famoso sínodo de Dordrecht, que consagrou a vitória do calvinismo ortodoxo (gomarismo) sobre as tendências mais liberais da versão arminiana, proclamou também a intenção de propagar a religião reformada nas Índias e outras regiões com as quais os holandeses mantinham comércio. Assim, antes mesmo da formação da WIC, o ideal evangelizador esteve presente entre os objetivos da expansão marítima dos *flamengos*.

O melhor exemplo da conjugação entre os interesses comerciais e o espírito evangelizador encontra-se em Willem Usselinx (1564-1647), calvinista natural do Brabante. Usselinx foi o primeiro a defender a importância de conquistar o Brasil açucareiro, ainda em 1621, alegando que a riqueza do império espanhol não se reduzia às minas de ouro e prata do Peru e do México. Também advogou que o propósito maior da Companhia criada naquele ano deveria ser a “expansão da verdadeira religião cristã”, combatendo os *papistas* nos quatro cantos do mundo. Apesar de algumas proposições utópicas - como a de colonizar a América por meio de famílias calvinistas, objetivo decerto estranho ao ânimo empresarial da WIC – o fato é que o proselitismo religioso defendido

por Usselinck acabou incorporado pelos diretores da Companhia das Índias, os chamados “Dezenove Senhores” ou *Heeren XIX*. Afinal, alguns diretores da WIC eram, eles próprios, calvinistas militantes, a exemplo de Joannes de Laet, um dos maiores naturalistas de seu tempo, além de rico comerciante.

Em 1622, o célebre jurista Hugo Grotius, embora rival de Joannes de Laet e ex-integrante da facção arminiana do calvinismo holandês, publicou um manual de evangelização para ser utilizado pelos marinheiros e comerciantes em suas viagens pelo mundo, intitulado *Prova da Verdadeira Religião*. Em 1624, apareceu o panfleto de Willem Teelinck, *Gratidão de Davi*, texto celebratório da conquista da Bahia pelos holandeses, que logo se mostraria efêmera. Teelinck considerava que a tomada de Salvador abriria as portas para a verdadeira religião cristã, removendo a “idolatria papista” que grassava no Novo Mundo. Mais tarde, em 1638, o reverendo Godfried Udemans publicou *O leme espiritual do navio mercante*, panfleto de título altamente sugestivo, dedicado a instruir os comerciantes e navegadores sobre como se comportar em face do gentio das Índias Orientais e Ocidentais, tudo para edificar a Igreja cristã e salvar a alma daqueles pagãos.

O texto de Godfried Udemans pertence a um período em que já estava consolidada a presença holandesa no nordeste açucareiro do Brasil, e foi publicado no ano em que por pouco também a Bahia não foi conquistada pelas armas de Maurício de Nassau. Em 1638 já estava em curso o grande projeto de catequese dos índios de Pernambuco e capitanias vizinhas, sobretudo dos índios *potiguaras* e *tabajaras*.

Apesar de constar do programa expansionista *flamengo*, os primeiros atos concretos neste sentido ocorreram por acaso, quando alguns índios *potiguaras* foram transportados da Paraíba para Amsterdã num dos navios holandeses em rota de fuga da Bahia, fracassada a conquista da cidade, em 1625. Tudo começou com a organização da esquadra comandada por Boudewijn Hendrickzoon, burgomestre de Edam, enviada em 1625 pelos diretores da WIC para reforçar as tropas da Bahia. Hendrickzoon, contudo, resolveu desistir da empresa, por estar já a Bahia defendida pela enorme esquadra de D.Fradique de Toledo, enviada pela Espanha, avaliando que as perdas seriam enormes e duvidoso o êxito da investida.

Hendrickzoon se desviou rumo às Antilhas, mas fundeou na Paraíba, sendo muito bem recebido pelos índios potiguaras, enquanto fugiam dali, apavorados, os moradores da capitania. Chegou a construir trincheiras com 600 homens para defender o acampamento, onde descansava a tripulação e se recuperavam os doentes. Ali permaneceu cerca de dois meses, até saber que os portugueses organizavam expedição para expulsá-lo e a seu colega, Andries Veron, comandante de uma segunda esquadra fugitiva. Partiram os holandeses da Paraíba, sendo que a esquadra de Hendrickzoon rumou para o norte, a fim de conquistar Porto Rico, sem sucesso, ou quem sabe assaltar a *Carrera* espanhola, o que também não conseguiu. Acabaria morrendo em Cuba, em 1626.

Em um dos navios que regressaram à Holanda, seguiram seis índios *potiguaras* que posteriormente desempenhariam papel importantíssimo na dominação holandesa de Pernambuco, anos depois. Entre eles, Pedro Poti, primo de Felipe Camarão, Antônio Paraopaba, 32 anos, e seu pai, Gaspar Paraopaba, de 50 anos. Centenas de *potiguaras* da Paraíba acabariam massacradas pelos portugueses, em represália à acolhida que haviam dado ao holandês em Acajutibiró ou Tibiracaiatuba, chamada pelos lusitanos de Baía da Traição desde que três marinheiros portugueses, no remoto ano de 1501, foram mortos e devorados pelos nativos.

Entre os refugiados *potiguaras* que desembarcaram em Amsterdã, Pedro Poti foi o principal. Aprendeu holandês, chegou a escrever nesta língua, e teve seu nome registrado diversas vezes nas atas das sessões do Conselho do Recife, tornando-se um dos principais líderes indígenas dos holandeses depois de 1645. Convertido ao calvinismo, foi talvez a mais importante liderança indígena entre as aldeias potiguaras leais à WIC. Manteve, ainda, importante correspondência com Felipe Camarão, na qual tentou em vão exortá-lo a lutar pelos holandeses, estourada a insurreição pernambucana, alegando o mal que os portugueses causavam aos índios naquela terra. Mais tarde, caindo prisioneiro dos portugueses na segunda e decisiva batalha dos Guararapes, em 19 de fevereiro de 1649, foi preso numa enxovia no cabo de Santo Agostinho, onde permaneceu por meses a pão e água. Recusou-se a abandonar o calvinismo e morreria no navio que o transportou a ferros para Lisboa, em 1652.

Outro chefe notável do chamado “partido holandês”, entre os potiguaras, foi Antônio Paraopaba, guerreiro afamado, responsável por várias vitórias holandesas na defesa do domínio holandês contra os restauradores de 1645. Foi um dos chefes dos massacres perpetrados pelos holandeses em Cunhaú e Uruaçu, no Rio Grande, em 1645, respectivamente em julho e outubro, e comandante da retirada dos índios para a serra de Ibiapaba, no Ceará, depois da derrota holandesa de 1654. Chegou a escrever duas memórias ou “remonstrâncias” (do holandês *remonstratien*), em defesa de seu povo, então à mercê dos portugueses vencedores, clamando em vão por socorro aos antigos aliados, aos quais chamava de “senhores alimentadores da verdadeira igreja de Deus”.

A ação dos regedores indígenas na evangelização calvinista do gentio *potiguara* é apenas uma parte de nosso assunto, e talvez a menos importante. Na verdade, a Companhia das Índias autorizou e mesmo incentivou a estruturação da Igreja Reformada e a evangelização em seus domínios do Brasil. O melhor estudo sobre o tema é o de Frans Leonard Shalkwijk, *Igreja e Estado no Brasil holandês*, livro publicado há pouco mais de vinte anos, baseado nas atas do sínodo do Recife e na vasta correspondência entre os ministros calvinistas de Pernambuco e as autoridades religiosas das Províncias Unidas e diretores da WIC, os *Heeren XIX*.³

Diversos *predikants* se destacaram neste trabalho missionário, como Joahanes Eduardous, Thomas Kemp, Dionisio Biscareto, Gilbertus de Vau e, sobretudo Vicente Soler. Natural de Espanha convertido ao calvinismo, Soler foi o chefe dos *predikants* franceses da igreja valã de Haia transferida para o Recife, buscando por todos os meios e modos converter não somente os índios, mas também os católicos, africanos e judeus. Mas isto era, sem dúvida, um exagero. No dia-a-dia da pregação calvinista, os ministros tiveram que se ocupar, antes de tudo, com a vida espiritual dos soldados calvinistas da WIC, conforme demonstram as atas do sínodo pernambucano, uma vez que boa parte deles vivia nos prostíbulos e tavernas do Recife. A vida noturna da cidade tornou-se intensa no período holandês, tudo sob o patrocínio da WIC, que enviou “mulheres da vida” experientes o bastante para animar a soldadesca. Algumas delas ficaram famosas: Cristianazinha Harmens, Maria Cabelos de Fogo, Sara Douwaertz, conhecida como Senhorita Leiden, Elizabeth,

a Admirável, e até mesmo uma Chalupa negra, alcunha curiosa e imaginativa que não ousou explicar.⁴

Projeto de missionação calvinista

Além do inglório esforço para disciplinar a conduta moral dos soldados, os *predikants* se empenharam na evangelização dos índios, item que, afinal, constava do programa da WIC. A maioria dos 160 pastores, professores e consoladores enviados dos Países Baixos para o nordeste açucareiro, entre 1630 e 1654, atuaram nos aldeamentos indígenas, em particular nos habitados por *tabajaras* e *potiguaras*, os índios falantes da *língua geral* que os holandeses denominaram, genericamente, de *brasilianos*.

Uma das estratégias fundamentais para o sucesso da catequese residia na preparação de tradutores, tarefa que, como vimos acima, começou com a conversão do pequeno grupo de *potiguaras* enviados para a Holanda em 1625. Mas era necessário elaborar um texto, um catecismo, sobretudo em se tratando de uma religião como a calvinista, que valorizava, em primeiro lugar, a *Palavra*, isto é, a palavra escrita fiel à doutrina da infalibilidade da Bíblia.

Por volta de 1640, os predicantes do Brasil deram por concluído um texto intitulado *Instrução Simples e breve da palavra de Deus nas línguas brasiliana, holandesa e portuguesa, confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial e Presbiterial no Brasil*. O texto era seguido de formulários para o batismo e a Santa Ceia, os únicos sacramentos reconhecidos pela Igreja calvinista. Tratava-se, na verdade, de uma adaptação simplificada do Catecismo de Heidelberg na sua versão castelhana de 1628, cujo propósito era evangelizar a vasta população de índios *brasilianos* sob domínio da WIC.

A história do mencionado texto, vulgarmente conhecido como “catecismo tupi”, foi muitíssimo complicada e sua análise extrapola os objetivos deste artigo. É suficiente dizer que a WIC de fato aprovou a impressão dos volumes, em 1641, mas o Presbitério de Amsterdã tentou de todos os modos impedir que fossem enviados ao Brasil, alegando erros doutrinários inaceitáveis na tradução para a *língua brasiliana*. Os predicantes holandeses de Pernambuco insistiram em vão nas virtudes

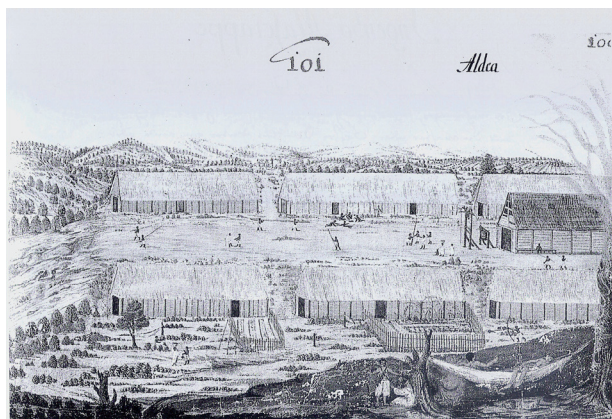
do “catecismo tupi”, a exemplo do pastor Davi. Escrevendo para as autoridades eclesiais de Amsterdã, em 1642, afirmou que a língua brasileira era tão bárbara que não foi possível traduzir com exatidão as expressões teológicas relacionadas à Santa Ceia, por exemplo. Ainda assim, considerava o catecismo de enorme utilidade para o trabalho missionário. Apesar das divergências, o catecismo foi enviado ao Brasil, embora não tenha restado, infelizmente, sequer um exemplar dele nos arquivos de Amsterdã, Haia, Leiden e tampouco do Recife. Há notícia, porém, de algumas centenas deles amontoados num armazém do Recife, quiçá encalhados...

A catequese dos *brasilianos* foi o que mais absorveu os recursos humanos e materiais dos predicantes calvinistas no Brasil que, apesar de seus dilemas e cizânias internas, acabaram por basear seus métodos de missão no modelo jesuítico. Maria Aparecida Barreto Ribas estudou parte desta tradução do jesuitismo ao calvinismo em sua tese de doutorado defendida em 2007, cujo título é uma justa homenagem ao citado panfleto de Udemans, *O leme espiritual do navio mercante*.⁵

Convém sublinhar, a propósito, que a tarefa dos predicantes era, então, sobremodo complexa. Não se tratava de simplesmente converter índios pagãos ao cristianismo, tarefa em si mesma árdua e penosa, como atesta a experiência inaciana no século XVI e seguintes. Tratava-se de realizar uma “nova conversão” de índios cristãos já separados por gerações de seus antepassados. Afastados portanto, e em boa medida, de seus valores tradicionais. É certo que tal afastamento não era absoluto, como demonstra, no mínimo, a conservação dos nomes tradicionais das nações *potiguara* e *tabajara*, no caso pernambucano. Mas a distância entre um potiguara como Pedro Poti e um Zorobabé, por exemplo, era então considerável. A missão calvinista teria, portanto, que atuar em duas frentes: de um lado, combater os resíduos da cultura tradicional entre os índios brasileiros da região; de outro lado, reorientar a cristianização dos índios segundo os valores do Catecismo de Heidelberg, o que implicava **desconstruir a missão jesuítica**. Desconstruir a missão jesuítica e, ao mesmo tempo, edificar-se sobre as bases inacianas. A evangelização calvinista operou em meio a este tremendo paradoxo.

Seja como for, uma pista valiosa da adaptação do modelo jesuítico de aldeamento pelos predicantes aparece numa das telas do pintor alemão Zacharias Wagner: seis casas largas e compridas cobertas de palha, onde cabiam entre 50 e 60 pessoas. Outra pista é nada menos do que a política adotada pela WIC com respeito ao catolicismo no Brasil. Desde 1635, ano em que se consolidou a conquista holandesa na região, firmou-se o chamado *Acordo da Paraíba*, reconhecendo o direito de liberdade religiosa para os católicos que aceitassem viver sob o domínio holandês. Os párocos e religiosos, por sua vez, foram igualmente autorizados a permanecer nas capitanias conquistadas, com a única exceção dos jesuítas. Estes foram expulsos do território, vários deles deportados para as Índias de Castela, Portugal, Espanha ou enviados como prisioneiros para a Holanda. Os jesuítas já tinham figurado entre os maiores resistentes à presença holandesa na Bahia, nos idos de 1625, e lutaram com bravura nas tropas de Matias de Albuquerque, no Pernambuco conquistado em 1630. Mobilizaram os índios, organizaram o deslocamento de aldeias e até pegaram em armas para defender a capitania contra “o herege flamengo”.

Os diretores da Companhia das Índias perceberam com clareza o perigo que os jesuítas representavam para a estabilidade do domínio holandês, em especial por causa de sua influência sobre os índios.⁶ Companhia das Índias e Companhia de Jesus eram instituições rivais que não poderiam ocupar o mesmo espaço. Assim o entendiam os diretores da WIC e as autoridades da própria Companhia de Jesus.



Zacharias Wagner, *Thierbuch* (1634-1641), prancha 101.

Resumindo o que expus nas páginas anteriores, antes de enfrentar o nó de nossa questão: 1) os holandeses alimentavam forte expectativa evangelizadora dos índios antes mesmo de conquistarem as capitanias açucareiras do nordeste brasileiro; 2) os holandeses estimularam e financiaram uma política de catequese dos índios conjugando os interesses políticos da WIC com os anseios das autoridades eclesiais da Igreja Reformada, embora houvesse discordância entre as partes em vários aspectos; 3) a estratégia adotada pelos predicantes se baseou largamente no modelo praticado pelos jesuítas em seus aldeamentos do Brasil; 4) os mesmos jesuítas foram impedidos de permanecer nas capitanias conquistadas.

O modelo inaciano da evangelização calvinista

É o momento de enfrentar a questão crucial deste artigo. Como se processou esta adaptação do modelo jesuítico, sem jesuítas, para a catequese calvinista dos *brasilianos*? E, mais: por que foi adotado este modelo?

A chave para resolver esta questão reside num fato completamente inusitado, e por isso mesmo fascinante: a colaboração oferecida por um jesuíta natural do Brasil aos diretores da companhia holandesa. Refiro-me ao padre Manoel de Moraes, cuja biografia apresentei em livro de título bem adequado, penso eu, à matéria em causa: *Traição – um jesuíta a serviço do Brasil holandês*.⁷

Para resumir o caso em poucas linhas, Manoel de Moraes era natural de São Paulo, mameluco filho de bandeirante que, por demonstrar desde menino uma forte vocação religiosa, foi encaminhado para os estudos no Colégio inaciano da Bahia. Ali se destacou como excelente aluno, além de *expert* na língua geral que conhecia desde criança. Caiu nas graças do provincial Domingos Coelho, que o investiu no cargo de superior de um dos aldeamentos pernambucanos por volta de 1623. Quando os holandeses tomaram Olinda e Recife, em 1630, Manoel de Moraes foi um dos jesuítas que atendeu ao apelo de Matias de Albuquerque para organizar a resistência pernambucana. Na verdade, Manoel foi o mais notável desses colaboradores, logo transformado em capitão-de-emboscada do Arraial do Bom Jesus. Destacou-se muito na

condução de operações militares, sobretudo de guerrilhas e sabotagens, como atesta a crônica de guerra e documentos manuscritos da época. Despertou a inveja de alguns capitães leigos do Arraial, bem como a reprovação de colegas inacianos, mas continuou firme no posto até o final de 1634.

Foi então que Manoel de Moraes, cercado pelas tropas do Coronel Artichewski na Paraíba, rendeu-se ao conquistador e, mais do que isso, fez como o Calabar, tornando-se colaborador do inimigo. A vida de Manoel de Moraes depois desta mudança pode ser resumida como um permanente romper de fronteiras geográficas, culturais e religiosas. O jesuíta se tornou calvinista, mudou-se para a Holanda, ali casou e teve filhos, serviu à WIC como funcionário remunerado, obteve grau de Teologia na Universidade de Leiden, foi processado à revelia pela Inquisição, queimado em estátua no ano de 1642. Por outro lado, publicou panfleto saudando a restauração de D. João IV, tentou negociar seu retorno às forças luso-brasileiras buscando o apoio dos embaixadores do rei, em Haia, tudo isto enquanto negociava, *in secreto*, um empréstimo junto à WIC para explorar pau-brasil em Pernambuco. Personagem camaleônico, Manoel de Moraes acabaria recrutado por João Fernandes Vieira no início da Insurreição pernambucana, servindo como capelão da tropa na batalha do Monte das Tabocas, em agosto de 1645. Mas isto não impediu que terminasse preso e enviado ao Tribunal da Inquisição de Lisboa para responder por suas atitudes heréticas nos oito anos vividos na Holanda.

O que mais interessa destacar, no momento, é que, ainda no Brasil, antes de embarcar para Amsterdã, Manoel de Moraes prestou valiosa contribuição aos holandeses fornecendo dados sobre a população indígena ao Coronel Artichewski, expoente do oficialato da Companhia das Índias Ocidentais. Manoel passou preciosas informações sobre os aldeamentos existentes nas capitânicas conquistadas e por conquistar, permitindo-lhes melhorar e corrigir as informações que possuíam a partir da *Memória* de Adriaen Verdonck, datada de 1630, ou de outros informantes. Conhecedor do mundo indígena, sabia nomear e localizar as aldeias, muitas vezes seus principais chefes e, ainda, seu potencial de guerra. Eram informações frescas de quem conhecia o assunto como ninguém, e mais tarde foram registradas em detalhe no livro de Joannes de Laet sobre a guerra pernambucana.⁸ Suas informações permitem estabelecer um mapeamento

o mais completo possível das aldeias indígenas nas capitanias açucareiras, instrumento valioso para uma pesquisa histórico-antropológica. Mas, na época, possuiu primordialmente um valor militar inestimável.

Manoel de Moraes informou aos holandeses que havia seis aldeias na Paraíba, e outras tantas no Rio Grande, até então sujeitas aos portugueses, mas acrescentou que estavam todas muito enfraquecidas pelos ataques dos holandeses e tapuias. Não podiam dispor juntas senão de 800 guerreiros e sua população total seria de 3000 pessoas.

Na Paraíba, nomeou a aldeia de Jaraguaçu ou Eguaaraca, chefiada por Francisco Araduti, distante quatro léguas (24 km) da cidade, por terra, e sete léguas (42 km) rio acima, sendo o caminho fluvial o mais freqüentado; a aldeia de *Jacknigh*, assim grafada pelo holandês, provavelmente a São Miguel de Urutagui, uma légua (6 km) adiante da primeira, cujo chefe era João Javarati; a aldeia de Iapua ou Iguapuã, no Pontal, a cinco léguas (30 km) do forte de Santo Antônio, chefiada por Francisco Cavaia; a aldeia de Tapoa ou Urecutua, com seu chefe Francisco Gopeka, distante cerca de dez léguas (60 km) da cidade, na altura das cabeceiras do rio Paraíba, próxima ao engenho de Antônio Valadares, onde Manoel se havia “rendido” aos holandeses; a aldeia de Inocoça ou Jaocoça, a quatro léguas (24 km) da cidade da Paraíba, no caminho de Goiana, em Pernambuco, chefiada pelo índio Diogo Botelho; a aldeia de Pindaúna, liderada por Manibassu, a seis léguas (36 km) da cidade da Paraíba, na mesma direção de Goiana.

No Rio Grande, Manoel nomeou as aldeias de Mopebi ou Paraguassú, ambas entre o Rio Grande e Cunhaú, acrescentando que estavam unificadas, embora mantivessem seus próprios capitães, respectivamente Antônio de Ataíde e Francisco Vaibitari; a de Iguapa ou Iguapera, na outra banda do Rio Grande, sete léguas (42 km) ao norte do Forte dos Reis Magos, cujo chefe era o capitão Feliciano; a de Pirari, a duas léguas (12 km) de Cunhaú, chefiada por André Carurare; a de Viajana ou Goacana, a sete léguas (42 km) de Cunhaú, para o lado do Rio Grande, liderada por Francisco Jakuina; a de Itaiipi, sete léguas (42 km) a oeste do forte dos Reis Magos, cujo chefe era o capitão Itaichama.

Quanto às aldeias de Pernambuco e Itamaracá, informou Manoel que se mantinham vigorosas, pois não haviam sido muito flageladas na guerra, podendo dispor de cerca de 3000 índios para combate. Indicou,

porém, somente seis aldeias, três para cada capitania. No caso de Itamaracá, nomeou a aldeia de São João de Carrese, a onze léguas de Itamaracá (66 km) e a duas de Goiana (12 km), chefiada por Guatar de Souza, que contava com 600 habitantes, dos quais 200 guerreiros; a aldeia de Santo André de Itapeterica, distante nove léguas (54 km) de Itamaracá, cerca de duas (12 km) de Goiana, 1200 a 1300 habitantes, mais de 500 guerreiros e dois capitães, a saber, Joressi e Melchior Taiasica; a aldeia de Tabuçurana ou Nossa Senhora da Assunção, a sete léguas (42 km) de Itamaracá, cinco (30 km) de Goiana, 600 habitantes, 180 guerreiros, comandada por Marco ou Maru Kuyasana.

No caso de Pernambuco, nomeou *Mocnigh*, assim grafada em holandês, na realidade Muçuí, ou São Miguel de Muçuí, aldeia onde Manoel havia assistido e conhecia como a palma da mão, distante sete léguas (42 km) de Olinda, na qual moravam índios potiguaras e tabajaras, os primeiros capitaneados por Felipe Camarão, os segundos por Estevão, chamado em tupi de Tebu, 600 habitantes no total, dos quais 170 “bons mosqueteiros”; a aldeia de Caeté ou Nossa Senhora de Ipojuca, distante doze léguas (72 km) de Olinda, 1100 almas, 400 guerreiros, chefiada pelos capitães Jerônimo (Jerona, em tupi) e por Topinambouto, também conhecido por Serenibe; a aldeia de São Miguel de Iguna, a vinte léguas (120 km) de Olinda, na costa, rumo ao São Francisco, 600 habitantes, 200 guerreiros, tendo por chefes Manuel (em tupi Manu), potiguar, e João (Jani, em tupi), tabajara.

Mas a colaboração de Manoel de Moraes foi além. Estabelecido em Amsterdã em junho de 1635, atuou como consultor da WIC para assuntos indígenas de maneira decisiva. Encontrei no Arquivo de Haia, entre os papéis da Companhia das Índias Ocidentais, documentos que comprovam a participação do ex-jesuíta nas estratégias evangelizadoras adotadas pelos holandeses no Brasil. Encontrei, particularmente, uma preciosa carta enviada pelos diretores da WIC ao Conselho Político do Recife, datada de 1 de agosto de 1635.⁹ Nela os diretores da WIC reafirmaram a necessidade inelutável de evangelizar os índios brasileiros na “verdadeira religião cristã”, recomendando, para tanto, um plano elaborado pelo jesuíta renegado, Manoel de Moraes, grafado na missiva como *Emmanuel de Moraes*.

Há fortes indícios, para dizer, no mínimo, que Manoel tinha concebido este plano ainda em Pernambuco, uma vez que a carta dos diretores da WIC aludiu a uma proposta enviada por escrito para Amsterdã por um dos generais flamengos nos primeiros meses de 1635, proposta similar à que Manoel de Moraes submeteu à WIC em junho do mesmo ano. O *Plano para o Bom Governo dos Índios* propunha, antes de tudo, tratamentos diferentes para índios e negros. Os últimos deveriam ser mantidos como escravos, mesmo aqueles que porventura tivessem perfilado nas tropas holandesas na guerra de conquista. Deveriam todos, segundo Manoel de Moraes, voltar ao domínio de seus senhores legítimos. Quanto aos índios, mesmo aqueles que haviam lutado contra os holandeses, o governo da WIC deveria garantir-lhes a completa liberdade. Inclusive os índios então cativos dos portugueses deveriam ser imediatamente alforriados.

A proposta do ex-jesuíta era dotada de grande alcance e cálculo político. Complementava mesmo a preparação em curso de potiguaras como Pedro Poti para o ofício de tradutores e regedores de aldeias aliadas dos holandeses em Pernambuco. Foi esta a base da formação do chamado “partido holandês” entre os potiguaras, milícia que viria a desempenhar importante papel na luta contra os restauradores a partir de 1645.

Por outro lado, advogando em favor da escravidão dos negros, inclusive dos soldados leais aos flamengos, Manoel de Moraes abria caminho para a entusiástica adesão dos senhores locais à dominação holandesa, ao menos daqueles que não tinham se exilado na Bahia, visando a garantir a prosperidade da economia açucareira.

Não obstante sua defesa da escravidão africana, Manoel de Moraes recomendou medidas para melhorar o tratamento dos negros, opondo-se às “barbaridades que sofriam nas mãos dos portugueses”. Neste ponto, Manoel seguia as regras e princípios da Companhia de Jesus em relação à escravidão africana, adaptando-os aos interesses da WIC, a nova senhora de Pernambuco, à qual ele mesmo servia como consultor remunerado.¹⁰

Para a evangelização dos *brasilianos*, o *Plano* recomendava aos holandeses que reconhecessem as lideranças indígenas de cada aldeamento. O próprio Manoel havia identificado cada um dos chefes indígenas para o Coronel Artichewski, como vimos acima, além de

fornecer a exata localização de cada aldeia e estimar o respectivo potencial militar. O *Plano* também estabelecia que os predicantes deveriam aprender a língua dos índios, sublinhando que a catequese calvinista deveria concentrar seu foco nas crianças. Manoel de Moraes propôs abertamente um projeto de evangelização calvinista apoiado numa metodologia jesuítica *a la* Manoel da Nóbrega.

Não foi por acaso que ele mesmo, embora jesuíta por formação, advertira que a condição para o sucesso de seu *Plano* residia na expulsão dos jesuítas do território holandês no Brasil. E, além disso, que os holandeses proibiram os contatos e correspondência entre os jesuítas deportados e a população das capitanias conquistadas, sabedor de que a resistência de Matias de Albuquerque havia se ancorado, em boa medida, nesta rede de comunicação. Manoel de Moraes era homem de grande acuidade política e percebia com nitidez que a religião era um meio essencial para que os holandeses consolidassem sua aliança com os índios do Brasil.

Os diretores da WIC acolheram com entusiasmo o *Plano* de Manoel de Moraes, sobretudo Joannes de Laet, padrinho do ex-jesuíta em sua nova vida. Joannes de Laet recomendou ao Conselho Político a adoção do *Plano*, acrescentando que Manoel de Moraes era “homem muito experiente” nas matérias relacionadas ao “governo dos índios tupis”. Considerou seu projeto “mui útil” e insinuou que o próprio ex-padre poderia pô-lo em prática com sucesso.

A colaboração de Manoel de Moraes atravessou o Atlântico e chegou ao conhecimento do bispo da Bahia, D. Pedro da Silva e Sampaio, que logo começou a coligir diversas denúncias contra o jesuíta renegado. Em 28 de agosto de 1635, por exemplo, houve uma que denunciou Manoel por viver na Holanda e solicitar favores do Príncipe de Orange, inclusive o ofício de governador geral dos índios do Brasil.

Se a ambição de Manoel de Moraes chegou a tanto, não posso asseverar, embora seja possível que ele mesmo tenha se insinuado para dirigir o projeto de sua autoria ao submetê-lo aos *Heeren XIX*. O fato é que seu *Plano* foi adotado em diversos pontos essenciais: a preparação de tradutores; a preservação da liberdade indígena; a ênfase na doutrinação dos africanos, ainda que na condição de cativos; o foco na catequese das

crianças indígenas; a exclusão total dos jesuítas para abrir caminho livre aos predicantes calvinistas.

Há evidências de que a evangelização calvinista dos índios sob domínio holandês alcançou algum êxito. Em março-abril de 1645, meses antes da Insurreição Pernambucana, reuniu-se uma grande assembléia dos “capitães indígenas” do partido holandês, do que há registro nas *Notulen van Brasilië* depositadas nos arquivos de Haia. A este grande encontro compareceram cerca de 150 chefias, entre capitães de aldeia, tenentes, alferes, adjuntos e regedores. Nas atas da assembléia foram confirmados importantes privilégios ou direitos dos índios fiéis, sancionados pelos diretores da Companhia das Índias (os *Dezenove Senhores*): liberdade dos índios, impedida a escravização deles; **manutenção de mestres-escola e pastores, nas aldeias, para doutrina da “verdadeira religião cristã”** (calvinista); organização de três câmaras nas aldeias de Tapeçirica, em Pernambuco, Maurícia, na Paraíba, e Orange, no Rio Grande; provimento de lideranças indígenas no governo de cada uma dessas câmaras.¹¹

Anos mais tarde, ninguém menos do que padre Antônio Vieira ficaria estarrecido ao defrontar-se com índios tabajaras que, com a derrota holandesa, se haviam refugiado na serra de Ibiapaba, no Ceará. Ao constatar que os índios escarneciam das liturgias católicas, desprezavam a Virgem Maria e recusavam os sacramentos, a exemplo da confissão, Vieira não teve dúvida em dizer que aquele lugar era uma “Genebra dos sertões”.

Mas a adaptação do modelo jesuítico para a evangelização calvinista teve sucesso limitado. Encontrou dificuldades no campo lingüístico e se viu muito afetada pelas divergências entre ministros e predicantes, uns mais rigoristas, outros menos. As diferenças de opinião entre os predicantes atuantes no Brasil, de um lado, e os consistórios das Províncias Unidas, de outro, foi mais um fator complicador, tudo agravado pelas divergências entre os próprios consistórios metropolitanos. O consistório da Holanda era mais aberto à negociação e mais pragmático, por exemplo, enquanto o da Zelândia se mantinha quase sempre inflexível em matéria doutrinária. Por fim, a evangelização calvinista dos *brasilianos*, significava, para a WIC, principalmente um instrumento de aliança política com fins militares, ao passo que os sínodos e consistórios priorizavam francamente os objetivos religiosos e

missionários em si mesmos. O desacerto que vimos ocorrer a propósito do “catecismo tupi” dá boa mostra dos impasses que marcaram o projeto missionário calvinista no Brasil.

Em síntese, a adoção do modelo jesuítico de evangelização, sem jesuítas, nasceu condenado, senão ao fracasso, ao menos a resultados modestos, como de fato ocorreu. Manoel de Moraes, por sua vez, ficou sem o cargo de “governador dos índios” que ambicionava. Seus protetores na WIC tiveram que ceder neste ponto, pois era demasiado para as autoridades eclesiais das Províncias Unidas investir um ex-jesuíta de tamanho poder e responsabilidade, ainda que fosse ele um recém convertido à “verdadeira religião cristã”. A atuação de Manoel de Moraes em 1635, pouco depois de chegar a Amsterdã, foi, porém de importância inegável. Seu *Plano para o Bom Governo dos índios* é o elo que faltava para explicar este grande paradoxo: a utilização do modelo inaciano como estratégia colonial dos holandeses reformados.

Notas

¹ MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. 2a. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p.14.

² EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII”. In Santos Pérez, José Manuel & Souza, George, Cabral de (eds). *El desafío holandés al dominio bérnico en Brasil en el siglo XVI*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007, pp. 18-31.

³ SHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*, Recife: FUNDARPE, 1986, pp. 272-294.

⁴ SILVA, Leonardo Dantas. A vida privada no Brasil holandês. In: *Holandeses em Pernambuco*. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005, p.153.

⁵ RIBAS, Maria Aparecida Barreto. *O leme espiritual do navio mercante: a missão calvinista no Brasil holandês*. Tese de doutorado em História defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

⁶ BOXER, Charles. *Os Holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, pp.79 e sgs.

⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸ LAET, Joannes de. História ou Anais dos feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636 (original de 1644). CD-ROM anexo às Memórias Diárias, de Duarte de Albuquerque Coelho; Robert Southey, História do Brasil (original de 1810-1819), Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, vol.2, p.66.

⁹ Nationaal Archief (Haia). Carta de los Heeren XIX para el Consejo Político de Recife en 1 de agosto de 1635. Códice 1.01.01, inventarius 8, microfilme 46.

¹⁰ Desenvolvi o tema da visão jesuítica acerca da escravidão africana em *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis, Vozes, 1986.

¹¹ SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXV, Parte I, Rio de Janeiro, 1913, pp. 414-426.